

GLOBALIZAÇÃO, NOVAS REGIÕES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA E DESIGUALDADES SOCIAIS *

Josefa Salete Barbosa Cavalcanti**

RESUMO: Este trabalho objetiva compreender uma das dimensões da relação entre globalização e agricultura, através da análise de processos sociais que surgem dos novos vínculos entre produção e circulação de alimentos frescos no mercado mundial, tendo como estudo de caso uma região de produção frutícola, localizada no Vale do São Francisco do Nordeste do Brasil. Neste sentido, tenta compreender como as transformações no consumo e nas condições de controle dos mercados interferem nas estruturas da produção agrícola de regiões particulares, com impactos sobre as formas de acesso aos meios de produção e de controle sobre o trabalho, reproduzindo novos padrões de desigualdades sociais.

PALAVRAS-CHAVE: globalização; agricultura; trabalho agrícola; fruticultura; regionalização; diferenciação social.

INTRODUÇÃO

A globalização do sistema sócio-econômico tem sido um dos temas mais debatidos nos dias atuais. Enquanto um conceito que indica a fase atual do processo de desenvolvimento do capitalismo no mundo, tem me-

* Trabalho originalmente apresentado ao Painel 4: Impactos da Abertura Comercial da Agricultura sobre Desenvolvimento Regional, Distribuição de Renda e Emprego, coordenado pelo prof. José Graziano da Silva na XIX reunião anual da SOBER, Curitiba, 1995.

** Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFPE.

recido olhares específicos das diferentes disciplinas científicas, as quais têm lidado, em suas análises, com alguns dos seus aspectos. Entre esses, como afirmam BONANNO et al. (1994, p.1) parece haver consenso a que “a globalização está se desenvolvendo no contexto de uma nova divisão internacional do trabalho”. Assim, a premissa de que a globalização é um processo que acentua as transformações no mercado e nas estruturas da produção e do consumo, com repercussões nas relações e processos de trabalho, parece útil para a compreensão das mudanças que têm lugar na sociedade contemporânea, especialmente, no que se refere às características das desigualdades sociais, em situações de formação ou redefinição de novas regiões produtivas, a exemplo do caso estudado, a região produtora de frutas para exportação do Vale do São Francisco¹.

Deste modo, este trabalho é parte de uma pesquisa que tem como desafios compreender uma das dimensões da relação entre globalização da economia e as características da agricultura, numa região particular, ao tempo em que questiona o papel do Estado, nessa relação. Visa, igualmente, compreender as estratégias usadas pelos distintos participantes dos mercados, tanto em resposta aos mecanismos de ajustes a esse processo para garantirem mercados e parceiros quanto para responderem à expectativa de que a competitividade dos distintos setores da produção promova o espaço adequado para a convivência “democrática” daqueles que participam do processo. Finalmente, analisa os efeitos dessa mesma dinâmica sobre o setor produtivo local, o qual para ser competitivo tende a adequar-se aos novos requerimentos do mercado, determinados pelas cadeias transnacionais que detêm o controle da produção e da distribuição de alimentos no mundo de hoje, o que implica uma reorganização da produção, segundo os novos padrões que definem e controlam a “qualidade” das mercadorias. Naturalmente, esta reorganização inclui entre os seus requisitos o controle sobre os fatores ambientais e o trabalho (MARSDEN et al., 1996). Neste sentido, **relações hierarquizadas** permeiam esse processo. Relações essas que requerem novos tipos de controle sobre produtos, produtores e trabalhadores e novas relações entre as cadeias internacionais de alimentos e os novos tipos de consumidores, orientados pelos padrões de alimentação saudável e fresca (FRIEDLAND, 1994) com rígidas exigências sobre a qualidade das mercadorias.

Assim, a qualidade dos produtos que vão aos mercados não está desvinculada das características da combinação dos fatores de produção, particularmente, dos recursos humanos. Esta afirmação, embora possa parecer ingênua, torna-se crucial para compreendermos os efeitos da reorganização da produção sobre os novos contornos regionais e sobre a dis-

¹ Região localizada nos municípios de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA).

tribuição de renda e emprego, enquanto suscita novas questões sobre que tipo de políticas públicas adotar para garantir o equilíbrio, em benefício ou a despeito de uma abertura comercial que aparece como perspectiva no horizonte daqueles que controlam a economia nacional.

O problema assim definido traz implícita a hipótese de que a dinâmica das relações entre Estado, mercado e os atores sociais que interagem nesse processo produz mudanças significativas nas formas como se dão as relações entre o global e o local. Assim, num contexto de transformações impostas por um tipo particular de modernização agrícola, como observado no caso estudado, a introdução de uma infra-estrutura produtiva apoiada pela introdução da irrigação em uma região semi-árida, observa-se que a intervenção do Estado atua de forma diferenciada aos distintos agentes. A criação dos novos espaços produtivos, a exemplo do caso estudado, estabelece uma nova divisão social em que a definição de áreas para colonos e para empresas passa a distingui-los no novo contexto da organização da produção, influenciando, também, tanto nas relações entre produtores e assalariados, quanto no poder de cada um frente às definições políticas e econômicas relativas ao que, como e quando produzir, geralmente apoiadas pelas estratégias de modernização implementadas pelo Estado. Esses novos atores sociais atuam num campo de forças, marcado por desequilíbrios e **desigualdades**, quanto ao acesso aos recursos e ao conhecimento dos processos sociais que lhes são subjacentes, especialmente naqueles relativos às novas características das relações com o mercado. Por outro lado, a desigualdade apresenta-se também nos níveis de competitividade da agricultura ou das agriculturas regionais num mercado aberto, onde os agentes locais podem ser afetados por estratégias adotadas pelos concorrentes no mercado, reduzindo ou ampliando as vantagens comparativas entre eles. Neste sentido, o terreno é movediço.

Claro está que seria contraproducente desconhecer a evidência da internacionalização da agricultura e dos controles exercidos pelas cadeias internacionais de alimentos e o papel dos mercados e consumidores específicos nesse processo. Entretanto, deve-se acentuar também as margens construídas pelos distintos atores sociais que participam desse processo, redefinindo-o e dando-lhe delineamentos locais. O problema assim definido requer uma abordagem que atribui ao **Estado e à Sociedade** papéis relevantes no arbítrio das contradições singulares que emergem deste novo padrão de relacionamento entre mercados, Estado e regiões, no contexto econômico global.

GLOBALIZAÇÃO E A CRIAÇÃO DE NOVAS REGIÕES AGRÍCOLAS

É pois estimulante tratarmos de compreender os limites e as possibilidades do Estado e da sociedade intervirem numa arena em que as corporações transnacionais, pelo poder que exercem sobre os Estados-Nação, tendem a liderar os outros atores através de mecanismos próprios de orientação das demandas dos consumidores; padronização de produtos; locais de produção e preservação ambiental (CAMPBELL, 1990). Estudiosos da relação entre globalização e agricultura têm reforçado este aspecto.

Assim, estamos lidando aqui com perspectivas que se entrecruzam quanto aos objetivos de compreender um processo de abertura comercial e formação de regiões de livre comércio, num quadro em que os limites para as transações esperadas são dados pelas regulamentações impostas por corporações transnacionais, mas, cujas respostas dos sujeitos não podem ser desconsideradas (LONG e VAN DER PLOEG, 1994, p.69), cabendo ao Estado e à sociedade administrá-las.

Há que se levar em conta a variedade de atores que participam desses processos sociais relativos às novas tendências de organização da agricultura no espaço internacional, e como estes são permeados por estreitos vínculos com as cadeias globais e transnacionais. Isto implica “*novas características, oportunidades e problemas para os que produzem, para as comunidades rurais e o meio ambiente*” (BUTTEL, 1990, p.195), com impactos sobre o meio ambiente e formas sociais de produção. GRAZIANO DA SILVA (1994) tem salientado essas questões no plano das políticas. Mas, é igualmente importante atentar para o fato de que há diferentes interesses envolvidos nessas situações. Sendo assim, os modos como atores sociais se constituem variam em resposta a esse processo, de acordo com os seus objetivos na esfera da produção, como também na esfera da reprodução, distribuição e consumo, enquanto produtores e trabalhadores.

No caso de produtores, pelas estratégias usadas na organização da produção e na comercialização dos bens, através da constituição de associações ou cooperativas que representem os seus interesses junto às agências de mercado.

No caso dos trabalhadores, que vivem uma situação de *globalidade desigualmente combinada* (ANTUNES, 1995, p.151), as possibilidades de uso de estratégias coletivas são limitadas, pelas formas precárias como eles têm sido inseridos no mercado de trabalho e pelos resultados da flexibilização na forma de gerir e organizar a produção.

Estratégias são também usadas por países que passam a firmar acordos de livre comércio, para minimizar alguns dos efeitos negativos da globalização e assegurar mercados e competitividade de sua produção vis-à-vis outros **blocos de livre comércio**, no cenário internacional, estabelecendo as bases das novas relações entre **países do norte e países do sul**.

Destarte, a reorganização da produção não é um fenômeno interno, isolado ou restrito a uma área ou região de um país; ela é de fato parte de uma nova dinâmica produtiva associada ao desenvolvimento científico e tecnológico que subverte as tradicionais divisões regionais e delinea novos “lugares”, como espaços propícios ao estabelecimento de novos processos sociais. Para tornar mais clara esta afirmação, basta analisarmos o mapa da produção agrícola brasileira da atualidade para verificarmos as mudanças ocorridas nos últimos 15 anos, quanto ao lugar de produtos por regiões. Veja-se, por exemplo, o caso da soja que se espalha entre regiões: da região sul para o centro-oeste, para o nordeste e para a região norte (JANK, 1993).

Esses fatos apresentam algumas questões, tais como: a) o que tem possibilitado a incorporação de novas terras ao circuito da produção? b) que vantagens comparativas têm estimulado os deslocamentos contínuos de recursos tecnológicos, produtores e trabalhadores para novas regiões, redefinindo-as, ao tempo em que passam a estabelecer novos vínculos com os circuitos internacionais de mercadorias (MARSDEN and ARCE, 1995)? No caso estudado, a presença do Estado com a implementação de políticas energéticas, a exemplo da barragem de Sobradinho (CAVALCANTI, 1996) e a criação de instituições de planejamento e de pesquisa, como a CODEVASF e a EMBRAPA, ofereceram o *locus* para maximizar os efeitos das vantagens naturais da região e dos baixos preços da mão de obra, comparativamente a outras regiões frutícolas.

GOLDIN e REZENDE (1993) indicam que a “*redistribuição regional da produção agrícola reflete a mudança nos parâmetros definidores das vantagens comparativas regionais, com destaque para o progresso tecnológico*” (GOLDIN e REZENDE, 1993, p.111-112). Mas, há ainda uma indagação: será que os novos usos da terra estão ampliando as possibilidades de melhor distribuição de renda e de emprego? Há indícios que não. Nas novas áreas produtivas acentua-se a **diferenciação** entre trabalhadores e entre produtores. Entre **trabalhadores** porque ao lado dos requerimentos próprios ao trabalho na produção agrícola, devem também qualificar-se para outras exigências, no setor de serviços que se multiplicam, incorporando vários trabalhos especializados e incrementando o **valor agregado** aos produtos. Entre **produtores**, porque para tornar os produtos adequados aos mercados globais devem introduzir uma nova dimensão da gestão da produção, para a qual o controle de **tempo e conhecimento** (CAVALCANTI, 1994a), constituem-se em marco das diferenças e da competência que os distinguem no mercado.

Estas questões seguramente contribuem para a compreensão dos novos contornos da região. Assim sendo, a uma visão de regionalização clássica, definida por critérios geográficos, do IBGE e políticos (OLIVEIRA, 1981), assumidos nas formas diárias de resistência das elites e outros grupos de expressão política, como condição de acesso aos recursos públicos

e garantia de privilégios, dever-se-ia acrescentar outra: aquela que se delimita pelo caráter da exploração de novas áreas, determinando uma nova configuração regional. Pode-se, pois, visualizar **regiões dentro de regiões**, ou seja, a presença de “locus” específicos de produção (SABEL, 1994, p.101-156) que, de acordo com os aportes técnico-econômicos recebidos, passam a ser incorporadas como regiões produtivas ao circuito econômico mundial.

Existem evidências de que faixas de terras antes tidas como impróprias para a agricultura ou para certos tipos de cultivo (a exemplo do semi-árido nordestino e regiões dos cerrados), são transformadas em verdadeiros “oásis”, por uma vontade política que decide investir em setores que passam a ser privilegiados no interior daquelas regiões antes periféricas aos mercados mundiais, por uma “*ação mais intensa e programada do Estado*” (ANDRADE, 1982, p.111). Os novos pólos agrícolas, como afirma ARAÚJO (1994, p.143), “*têm também estabelecido importantes relações econômicas extra-regionais, em particular com o mercado internacional*”.

Por essas razões, como bem afirma GRAZIANO DA SILVA (1994, p.137) “*Na verdade, hoje, há muitas agriculturas brasileiras, seja pela sua diferenciação regional, no país; seja mesmo dentro de uma mesma região pelo tipo de inserção do produto ou pelo tipo de articulação entre os capitais que se fazem na agricultura*”.

Portanto, a criação de novas regiões produtivas estimula o crescimento e as desigualdades e desequilíbrios regionais. Há setores modernos de produção, intimamente relacionados aos mercados externos que estão localizados em áreas consideradas tradicionais; esses, porque são dinâmicos estabelecem relações próprias com os centros e corporações mais avançadas do comércio internacional, de acordo com as regras que determinam as relações entre as cadeias de alimentos e os espaços regionais. Assim sendo, constituem relações especiais nas quais podemos divisar aspectos peculiares da distribuição de emprego e desigualdade na distribuição de renda (HOFFMANN, 1994) e na constituição da força de trabalho. Esta também “*participa diferenciadamente em um mercado de trabalho formado pela junção de diversos segmentos de classe, com diferentes back-ground étnicos, migratórios, ideológicos e culturais*”. (RIBEIRO, 1992, p.105).

A FRUTICULTURA DE EXPORTAÇÃO NO VALE DO SÃO FRANCISCO DO NORDESTE DO BRASIL E A CONSTITUIÇÃO DE NOVOS ATORES SOCIAIS

Para compreender os processos aqui anunciados pretendo tomar como estudo de caso a produção frutícola realizada na área do sub-médio

São Francisco², atentando especialmente para a realidade dos municípios de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), nos quais a fruticultura para exportação ou para cadeias transnacionais de supermercados (Carrefour, por exemplo) constitui-se na forma privilegiada de produção, assentada no uso dos projetos de irrigação construídos pelo Estado, desde a década de 80, com a criação da CODEVASF.

A fruticultura é, na atualidade, um dos setores mais dinâmicos e competitivos do setor agrícola, tendo sido incluída no cálculo do PIB da região nordeste como item de constituição da renda proveniente da moderna agricultura de exportação. Alguns dos produtos vêm experimentando um crescimento significativo das exportações: uva, manga, melão e abacaxi, assim como os sucos processados e a castanha de caju também já representam uma parcela significativa das exportações nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Esses produtos sobressaem-se pela sua potencialidade produtiva na região e o crescimento do seu consumo nos mercados internacionais (FRIEDLAND, 1994).

Além do mais, são produtos que apresentam alternativas de integração competitiva no comércio internacional, diferentemente das formas de dependência dos produtos tradicionais. Os números atestam o dinamismo desse segmento da agricultura de exportação. Essa *“produção agro-industrial associada à irrigação, instalada tanto no Vale do São Francisco (BA e PE) como no Vale do Açu (Rio Grande do Norte) também desenvolve importantes articulações econômicas extra-regionais, em particular no que se refere ao destino de sua produção”* (ARAÚJO, 1994, p.143).

Esses setores direcionados para exportação tendem a ajustar-se às exigências e cuidados especiais, segundo uma dinâmica de produção fundamentada em investimentos tecnológicos e novas formas de controle sobre o trabalho.

É importante assinalar que a adaptação da produção aos novos ritmos e espaços, que se ampliam com a abertura de mercados com novos acordos de integração regional entre países, requer que as relações entre capital e trabalho também sejam redefinidas. Isto significa uma participação coletiva dos distintos atores nas diferentes fases do processo produtivo e, ainda mais, uma responsabilidade coletiva na qualidade final do produto. Perseguir um padrão de qualidade significa coordenar e organizar eficientemente **tempo, conhecimento, tecnologia e recursos humanos**. Pro-

² Estas questões delimitam uma área de estudo iniciada na segunda metade do ano de 1993 na UFPE, com apoio do CNPq em seus programas de Pós-Graduação em Sociologia e Economia (PIMES) com a participação de outros centros acadêmicos internacionais, a exemplo da University of Wales, Universidad del Comahue e University of Califórnia Santa Cruz. Em sua primeira fase a pesquisa concentrou-se num área de produção frutícola localizada no Vale do São Francisco, como laboratório para compreender esses processos.

dutores e trabalhadores devem estar preparados para as novas práticas de gestão e outros trabalhos especializados requeridos.

Para tanto, é necessário que as unidades de produção não apenas introduzam novas tecnologias, mas sejam ágeis na forma de treinar e atualizar o conhecimento dos seus trabalhadores. Isto implica o estabelecimento de uma nova relação entre trabalhadores e empregadores para que, enquanto as responsabilidades sejam compartilhadas, o conhecimento e os benefícios sejam igualmente compartilhados. Essa idéia, no entanto, merece uma análise mais aprofundada a partir de casos específicos, já que há situações, a exemplo do Vale do São Francisco, em que a organização dos trabalhadores é ainda incipiente.

Definida como região produtiva na segunda metade dos anos 80, o Vale do São Francisco apresenta um caso recente, bem sucedido, de uma região, criada há 10 anos, que se transformou em área de atração para empresários, pequenos produtores e migrantes nordestinos com pouca ou nenhuma especialização, tendo estimulado, igualmente, uma imigração diferenciada de produtores e administradores advindos das regiões sul e sudeste do Brasil. Esta composição desigual da população de migrantes acabou por contribuir para um processo de diferenciação social local que afeta, internamente, as categorias de produtores e trabalhadores.

Cadeias de alimentos aproximam os lugares da produção e consumo e naturalizam alimentos exóticos pela intervenção na produção através das regulamentações que definem **gosto, cor, forma e peso** (CAVALCANTI, 1994b) que frutas e vegetais devem ter para atingir o nível de qualidade requerido, interferindo, por essas regulações, nos seguintes aspectos do processo produtivo: a) **controle das condições ambientais;** b) **qualidade das frutas e legumes** e c) **grau de qualificação dos trabalhadores**. Para atender a esses requisitos, o grau de qualificação da força de trabalho torna-se um fator relevante, pois a fruticultura hoje é um setor que depende bastante do trabalho especializado em todas as fases de sua produção, colheita, empacotamento, armazenagem, transporte e comercialização, além de exigir uma infra-estrutura para garantir sua competitividade, “dentro e fora”, o que é essencial em situações de acordos de livre comércio, como o do Mercosul (JANK, 1993, p.364). Assim, regiões são demarcadas e acordos de livre comércio são firmados.

A oferta e o preço da mão-de-obra são elementos definidores da competitividade da região no setor estudado, considerando-se que o semi-árido era geralmente conhecido como área de emigração e que na última década, um de seus municípios - Petrolina - experimentou um crescimento demográfico positivo, conforme dados da FIBGE (1992). É de 30.000 o número aproximado de trabalhadores diretos no setor frutícola, sendo o indicador de uso da mão-de-obra por ha. significativo. É também relevante

o fato de que os produtores estejam sempre a reclamar da falta de mão-de-obra. Em realidade, é de “mão-de-obra especializada” que eles necessitam e a qualificação da mão-de-obra apresenta limites a essa competitividade.

A diferenciação interna dos produtores indica que desde a inserção de “colonos” nos perímetros irrigados até o presente, a região passou por processos de mudança (CAVALCANTI e FERREIRA IRMÃO, 1995). Planejada como área de colonização a ser ocupada por pequenas unidades familiares, lideradas por colonos e algumas empresas, a região do Vale do São Francisco apresenta, na atualidade, uma configuração que se distingue do projeto inicial (PLANVASE, 1988). Mudanças internas e externas deram oportunidade a novos atores no setor agrícola da região. Estes produtores são empresários graduados, alguns vindos do sul do Brasil que chegaram à área para iniciar um empreendimento agrícola bem sucedido com suas famílias, possuem novas idéias sobre gestão e competitividade; outros produtores são técnicos agrícolas e agrônomos que vêm se estabelecendo pouco a pouco no setor.

Entre os trabalhadores observa-se uma **divisão sexual do trabalho** que se acentua para responder aos requisitos de qualidade do produto, segundo uma definição sócio-cultural de que homens e mulheres têm habilidades diferentes para cada tarefa no setor produtivo. Para exemplificar, os homens constituem a principal mão de obra na produção de manga para exportação, enquanto as mulheres participam apenas da fase de seleção e empacotamento dessa mercadoria. As mulheres são consideradas as trabalhadoras principais no cultivo da uva, ocupando mais de 80% do trabalho requerido para torná-las próprias ao consumo exigente dos países do Norte, de acordo com as regulamentações dos mercados.

A importante presença do trabalho feminino na região do Vale do São Francisco induz a uma questão interessante, em termos de políticas públicas: como qualificar as mulheres para que elas possam competir frente às novas oportunidades, quando novas tecnologias forem introduzidas no setor evitando a exclusão da força de trabalho feminina já empregada na área? É interessante sublinhar que o emprego das mulheres no setor é um fato positivo, embora venha sendo, em certos aspectos, ameaçado. A título de exemplo, observa-se já que as novas máquinas para selecionar mangas para exportação, que chegam ao campo, são vistas pelas mulheres como instrumentos que, potencialmente, lhes retirarão o emprego naquela atividade. A tecnologia introduzida passa a se constituir em mecanismo pelo qual os controladores dos mercados fazem sua opção em favor das máquinas, porque as máquinas evitam o manuseio das frutas antes do empacotamento, máquinas essas que, certamente, não serão acionadas pelas próprias mulheres, e são redutoras quanto ao emprego criado na região.

CONCLUSÃO

A fruticultura como desenvolvida no Vale do São Francisco torna-se competitiva por seu calendário produtivo ajustável às demandas do mercado, dada as novas condições tecnológicas, esquemas de irrigação e qualificação da força de trabalho que garantem a produção o ano todo. Essas áreas dinâmicas para exportação constituem núcleos privilegiados de oferta de emprego na região. Mas, este fenômeno, por ausência de manejo adequado do solo e uso impróprio de esquemas de irrigação, tem causado salinização e pode vir, a médio prazo, a danificar os recursos necessários à produção naquela região. Adicionalmente, a dependência aos mercados externos e à especialização de produtos, de acordo com gostos e paladares *dos países do norte*, podem vir a pôr em risco, não somente a sua competitividade numa situação de abertura comercial e formação de blocos de livre comércio mas, também, os mercados locais de produtos tradicionalmente produzidos por pequenos produtores. As mercadorias que não passaram pelos rígidos controles de qualidade dos compradores externos ou de uma faixa exigente de consumidores nacionais que se tornaram usuários decididos de produtos “importados” ou pelo menos produzidos segundo os padrões “transnacionais”, são normalmente encaminhados às prateleiras dos supermercados regionais. Ainda, tais fatos tendem a comprometer as possibilidades de sobrevivência de pequenos produtores em situações de retração dos mercados de produtos “exóticos”. As políticas públicas para o setor não devem desconhecer estes perigos iminentes de uma abertura indiscriminada, devendo visualizar os seus efeitos sobre consumidores, produtores e trabalhadores, que constituem a grande parte da população nacional.

Concluindo, este ensaio procurou delinear algumas questões sobre o lugar e a importância das políticas públicas relativas à redução de desigualdades num crescente processo de globalização. O setor agrícola é composto de um conjunto de “ganhadores” e “perdedores” que requerem do Estado uma definição clara dos rumos de uma economia que não pode ser dirigida apenas pelos múltiplos interesses transnacionais. É importante que sejam reconhecidas as vantagens comparativas que temos diante dos processos globais e multiplicadas todas as possibilidades. Entretanto, é extremamente relevante que sejam acionados os mecanismos necessários a garantir à população nacional os requisitos básicos de um desenvolvimento sustentável, em todos os seus princípios e parâmetros. Isto é certamente uma tarefa urgente para a sociedade e um dever do Estado, instância essencial para resolução dos impasses, desigualdades e contradições surgidas dos processos globais (BONANNO, 1994). Portanto, num período de abertura comercial e de expansão do poder das corporações transnacionais, as

políticas públicas devem incluir mecanismos que garantam a formação de recursos humanos compatíveis com a competitividade esperada, cuidados especiais quanto ao meio ambiente, mas, principalmente, devem propor o desenvolvimento de ações para reduzir os efeitos das desigualdades que se acentuam, ao tempo em que ofereçam melhores oportunidades à maioria dos atores sociais que são excluídos, quase sempre, dos “benefícios” desses processos, pelas características de sua participação na estrutura agrária e tipo de inserção nos mercados globais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manuel C. de.
1982 **Tradição e mudança**. Rio de Janeiro: Zahar, 144 p.
- ANTUNES, Ricardo.
1995 **Adeus ao trabalho**: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez/UNICAMP, 155 p.
- ARAÚJO, Tânia Barcelar de.
1995 Nordeste, nordestes: que Nordeste? In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares, (ed.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP, Federalismo no Brasil: p.125-156.
- BONANNO, Alessandro et al (eds.).
1994 **From Columbus to Conagra**: the globalization of agriculture and food. Lawrence: University of Kansas, 294 p. (Rural America).
- BUTTEL, Frederick H.
1990 **The sociology of agriculture**. Nova York: Greenwood, Rural Sociological Society, 263 p. (Contributions in Sociology, n. 88)
- LONG, Norman, VAN DER PLOEG, Jan
1994 Heterogeneity, actor and structure. In BOOTH, David, (ed.). **Rethinking social development theory**: research and practice. Londres: Longman, p. 62-89.
- CAVALCANTI, Josefa Salette Barbosa
1996 Globalização, urbanização e reprodução da força de trabalho. In: MAGALHÃES, Sônia B. et al. (org). **Energia na Amazônia**: grandes obras hidrelétricas: urbanização, constituição e reprodução da força de trabalho. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/UFPA/Associação de Universidades Amazônicas. p. 421-429.
- CAVALCANTI, Josefa Salette Barbosa
1995 Globalização e agricultura: processos sociais e perspectivas teóricas. **Estudos de Sociologia, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**, Recife, v. 1, n. 2, p.105-118, jul./dez.

- CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa, FERREIRA IRMÃO, José.
1995 Globalização, integração regional e seus impactos sobre a agricultura familiar: um estudo sobre os sistemas de produção do Vale do São Francisco, NE - BRASIL. In: ENCONTRO NACIONAL DO PIPSA, 17., 1994, Porto Alegre. **Anais ...** Porto Alegre: UFRGS, v. 1, p. 59-72.
- EMBRAPA
1993. **Zoneamento agroecológico do Nordeste**: diagnóstico do quadro natural e agrossocioeconômico. Recife: EMBRAPA/CNPQ, v. 2.
- FRIEDLAND, William H
1994 The new globalization: the case of fresh produce. In: BONANNO, Alessandro et al. (eds.). **From Columbus to Conagra**: the globalization of agriculture and food. Lawrence: University of Kansas, 294 p. (Rural América). p. 210-231.
- GOLDIN, Ian, REZENDE, G. Costa de.
1993 **A agricultura brasileira na década de 80**: crescimento numa economia em crise. Brasília: IPEA, 119 p. (IPEA, 138)
- GRAZIANO DA SILVA, José
1994 O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade/Associação Nacional de Cooperação Agrícola.
- HOFFMANN, Rodolfo
1994 Desigualdade e pobreza na agricultura de Goiás: 1970-1990. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 237-254.
- JANK, Marcos S.
1993 Mercosul: efeitos das políticas públicas sobre a competitividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 31, n. 4, p. 251-270.
- MARSDEN, Terry K., ARCE, A.
1995 Constructing quality: emerging food networks in the rural transition. **Environment and Planning A**, v. 27.
- MARSDEN, Terry K., CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa, FERREIRA IRMÃO, José.
s.d. Globalisation, regionalisation and quality: the socio-economic reconstitution of food in the San Francisco Valley, Brazil. **International Journal of Sociology and Food**, Pullman, v. 5, p. 85-114.
- OLIVEIRA, Francisco de
1981 **Elegia para uma re(li)gião**. SUDENE, Nordeste e conflito de classes 3^{ed.}. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- UFPE. PIMES
1991 **Impactos econômicos da irrigação sobre o polo Petrolina Juazeiro**. Recife: Editora Universitária da UFPE.
- PLANVASF
1988 **Ações para implementação imediata**: preservação do rio São Francisco. Brasília.

RIBEIRO, Gustavo L. R.

1991 **Empresas transnacionais**: um grande projeto por dentro. São Paulo: AN-POCS/Marco Zero. 189 p.

SABEL, Charles F.

1994 Flexible specialisation and the re-emergence of regional economies. In: AMIN, Ash (ed.). **Post-fordism**: a reader. Oxford: Blackwell, p. 101-156.